

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
Coordenação de Ensino Superior

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MUSEAL**

Rio, Abril de 2014

FAETEC

Presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro -

Faetec

Profª Ma. Maria Cristina Lacerda Silva

Diretora geral do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

Profª Drª. Sandra Regina Pinto dos Santos

Equipe de Professores implementadores pelo Curso de Especialização em Educação Museal

Profª Ma. Maria Helena Quelhas Tavares Teixeira

Profª Ma. Denise Calazans de Gama Lima

Profª Esp. Maria de Fátima Ornelas

Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro <http://iserj.net>

Rua Mariz e Barros, 273 Praça da Bandeira

CEP: 20270-003 - Rio de Janeiro - RJ

(55) 21. 2334-2501 / 21.2334-1749

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Diretora dos Museus Castro Maya

Vera Maria de Abreu Alencar

Diretora do Museu da República

Magaly de Oliveira Cabral Santos

Equipe de Professores implementadores do Curso de Especialização em Educação Museal

Profª Ma. Fernanda Santana R. de Castro

Profª Drª. Kátia Regina de Oliveira Frecheiras

Prof. Dr. Ozias de Jesus Soares

Instituto Brasileiro de Museus (www.museus.gov.br)

Setor Bancário Norte, Quadra 02, 13º andar

CEP: 70040-020 – Brasília - DF

Museus Castro Maya (www.museuscastromaya.com.br)

Rua Murtinho Nobre, 93 Santa Teresa

CEP: 20241-050 - Rio de Janeiro - RJ

(55) 21.3970-1126

comunicacao@museuscastromaya.com.br

Museu da República (www.museudarepublica.museus.gov.br)

Rua do Catete, 153 Catete

CEP: 22220-000 – Rio de Janeiro - RJ

(55) 21.2127-0375

mr@museus.gov.br

Sumário

1.	O CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MUSEAL, uma parceria entre ISERJ / FAETEC e IBRAM-Minc /MUSEUS CASTRO MAYA e MUSEU DA REPUBLICA	
	05
2	Breve histórico das instituições museais parceiras	09
	2.1 ISERJ	09
	2.2. Os Museus Castro Maya	12
	2.3. O Museu da República	13
3	Nome do Curso e área do conhecimento	16
4.	JUSTIFICATIVA	16
5.	OBJETIVOS	17
	5.1. Objetivo geral do curso	18
	5.2. Objetivos específicos	18
6.	PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO	18
7.	CONCEPÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO MUSEAL	19
	7.1. Núcleos Norteadores e temáticas curriculares	19
	7.2. Distribuição das temáticas curriculares	21
	7.3. Ementas, bibliografias básicas e complementares	21
8.	CARGA HORÁRIA	29
	8.1. Quadro geral de carga horária por temática curricular	30
	8.2. Quadro geral de carga horária do Curso	30
9.	PÚBLICO ALVO	30
10.	VAGAS	31
	10. 1. Quadro de vagas	32
11.	PRÉ REQUISITOS	32
12.	FUNCIONAMENTO	34

13.	AVALIAÇÃO	35
	13.1. Procedimentos Avaliativos	35
	13.2. Critérios para aprovação e encaminhamentos de reprovação	35
	13.3. Trabalho Final do Curso	36
14.	COORDENAÇÃO E CORPO DOCENTE.....	36
	ANEXOS	39
	Planilha de visita técnica aos Museus	

1. O CONTEXTO DA PÓS GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MUSEAL, uma parceria entre ISERJ / FAETEC e IBRAM-Minc /MUSEUS CASTRO MAYA e MUSEU DA REPUBLICA

No ano de 2012 foram desenvolvidas atividades entre os Museus Castro Maya - Chácara do Céu e o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, iniciadas com visitas técnicas de todas as turmas do último período do curso de Pedagogia desta instituição, realizadas também ao longo do ano letivo de 2013, que culminaram na consolidação de uma parceria entre as duas instituições que promoverá estágio curricular obrigatório para alunos deste curso nos Museus Castro Maya iniciando-se no ano letivo de 2014.

A partir deste contato iniciou-se uma conversa sobre a possibilidade de constituição de um curso de Pós graduação Lato sensu em Educação Museal, que será único no Brasil. Neste momento o Museu da República torna-se parte integrante nesta parceria, trabalhando em conjunto com os Museus Castro Maya e o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, na concepção, elaboração e planejamento do Curso, agregando conhecimentos teóricos e práticos ao desenvolvimento do referido Projeto.

Atentamos que em 2014 se celebram os 134 anos de existência do ISERJ e que é um ano também especial para a área de Educação Museal, em que o Estado lançará a Política Nacional de Educação Museal (PNEM)¹ elaborada e promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC), com debate e consolidação em curso, com a participação da sociedade civil. Neste mesmo ano inaugura-se o Curso de Pós Graduação Lato sensu em Educação Museal da parceria IBRAM-FAETEC, que sendo o único neste nível de ensino no país, pretende-se, dê o passo

¹ O Fórum Virtual de discussão (Blog) do PNEM foi lançado na *web* em 30 de outubro de 2012 e aberto para o envio de propostas após a realização do 5º Fórum Nacional de Museus, em 26 de novembro de 2013, no SESC Quitandinha, em Petrópolis, na cidade do Rio de Janeiro. O Blog incentivou a discussão em todo território nacional e no dia 7 de abril de 2013 foram fechados os fóruns para sistematizar as propostas recebidas e que comporiam o documento final, que será consolidado através de Encontros Regionais e no Encontro Nacional, todos presenciais, a serem realizados em novembro 2014, no Fórum Nacional de Museus, com a participação expressiva de interessados nesta área de saber. Na ocasião, o texto final receberá adendos e será concluído após plenária decisória. Cf. <http://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/DOCUMENTO-PRELIMINAR.pdf>.

inicial no preenchimento da lacuna da formação dos profissionais educadores em museus e instituições culturais.

Vale destacar que as ações educativas pensadas e implementadas no espaço dos museus surgiram como atividade institucional no Brasil na primeira metade do século XX, com o surgimento do primeiro setor educativo de museus, criado por Roquette Pinto, o então Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, em 1927. Após sua criação, os demais setores educativos seriam institucionalizados apenas na segunda metade do século: Museu Histórico Nacional na década de 1950; Casa de Rui Barbosa, Museu da República e Pinacoteca do Estado de São Paulo na década de 1970; Museu Lasar Segall e MAC-SP na década de 1980. Passaram-se então quase 90 anos de experiências, disputas políticas e debates teóricos.

A Educação Museal no Brasil desenvolveu-se enquanto campo de atuação de educadores e pesquisadores chegando ao século XXI com grandes demandas e importantes contribuições à formação humana. A ideia de um Curso de Especialização em Educação Museal surge a partir de uma necessidade da área e demanda profissional apresentando-se como opção de prática profissional para educadores de diversas áreas do conhecimento², inclusive aqueles oriundos de cursos de Pedagogia.

A educação museal constitui-se como prática profissional há quase 90 anos no Brasil sem que haja uma formação específica e apresenta-se agora como uma fecunda opção para egressos de cursos de pedagogia e licenciatura, uma vez que desde as políticas públicas da última década, que promoveram a área museal, o número de museus é crescente no país e a consolidação da PNEM vai aumentar ainda mais a necessidade de profissionais especializados na sociedade.

A proposta que apresentamos baseia-se em uma visão de educação que fomente a Formação Integral, isto é, uma formação humana completa que desenvolva

²Nos Fóruns de discussão da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) uma das grandes demandas identificadas foi a da formação dos educadores e a necessidade de criação de cursos específicos para sua formação, que inexistem no Brasil.

diversificadas habilidades e seja voltada não apenas para a prática profissional, mas para a construção de uma sociedade mais igualitária que dê oportunidade a todos os indivíduos de vivenciarem experiências culturais, científicas e profissionais dentro de uma realidade de contribuição social, fruição e deleite.

O fato deste curso ser o único no Brasil e realizar-se entre instituições de cultura e educação públicas resgata o caráter inovador do pensamento e atuação de Anísio Teixeira, influente pensador da escola e da educação que tem com o ISERJ, anfitrião do curso, relação histórica íntima.

A proposta de educação aqui apresentada vem também ao encontro dos anseios do Instituto Brasileiro de Museus, que tem ensejado esforços para promover a Educação Museal como atividade fundamental dos museus e ferramenta imprescindível para a democratização do seu acesso e apropriação de seu acervo pelo público.

Constituindo-se como importante iniciativa tanto na área da educação quanto na área de museus, o curso de especialização em Educação Museal do ISERJ contribuirá para a formação continuada de educadores museais e profissionais da educação formal que queiram integrar nas suas atividades cotidianas a experiência com a cultura e a ciência como ferramenta educativa.

Compreendendo a definição de museu na contemporaneidade

Segundo a definição de 2001, do International Council of Museums (ICOM) um museu é:

"uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para **educação** e deleite da sociedade" ³.

Ainda podemos encontrar também definições poéticas, como a apresentada pelo Instituto Brasileiro de Museus, instância museológica máxima no Brasil⁴:

"Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam

³A palavra "educação" na definição do ICOM foi grifada por nós.

⁴ Cf. o site do IBRAM: www.museus.gov.br.

mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose".

De acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus⁵, é considerado um museu:

“Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, **educação**, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.”

De acordo com a Política Nacional de Museus, instaurada em 16 de maio de 2003⁶, os museus, mais do que instituições estáticas, são "*processos a serviço da sociedade*", e são instâncias fundamentais para o aprimoramento da democracia, da inclusão social, da construção da identidade e do conhecimento, e da percepção crítica da realidade.

Os museus tiveram origem no hábito humano do coleccionismo, que nasceu junto com a própria humanidade. Desde a Antiguidade remota o homem, por infinitas razões, coleciona objetos e lhes atribui valor, seja afetivo, cultural, científico ou simplesmente material, o que justifica a necessidade de sua preservação ao longo do tempo.

Milhares de anos atrás já se faziam registros sobre instituições vagamente semelhantes ao museu de hoje. Contudo, somente no século XVIII se consolidou o museu mais ou menos como atualmente o conhecemos. Depois de outras mudanças e aperfeiçoamentos, hoje os museus, que já abarcam um vasto espectro de campos de interesse, com diversas tipologias e se dirigem para uma crescente profissionalização e qualificação de suas atividades, se caracterizando pela multiplicidade de tarefas e capacidades que lhes atribuem os museólogos e pensadores, deixando de ser passivos acúmulos de objetos para assumirem um papel importante na interpretação da cultura

⁵ Texto da Lei nº 11.904: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Mais uma vez o grifo na palavra “educação” foi destacado por nós.

⁶ Em meio às comemorações do *Dia Internacional de Museus* (18 de maio), o Ministério da Cultura (MinC) lançou a Política Nacional de Museus (PNM), em evento no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Cf. O documento da Política Nacional de Museus no seguinte endereço eletrônico: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf.

e na educação do homem, no fortalecimento da cidadania e do respeito à diversidade cultural, e no incremento da qualidade de vida.

2. Breve histórico das instituições parceiras

2.1. O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

Sendo o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro reconhecido historicamente como locus de Formação de Professores, torna-se relevante revisitar a história da sua construção, que nos mostra que a preocupação com a qualidade da formação de professores da escola básica se fez presente desde a época do Império, data de sua origem.

O Período Imperial foi marcado pela quantidade de decretos imperiais e provinciais, com o propósito de formar pessoal para o magistério “primário”. Um Decreto Lei de 15 de outubro de 1827 lei que marca, no Brasil, a data da comemoração do Dia do Professor, propõe no seu artigo 10, a obrigatoriedade do “ensino das primeiras letras” para todos os cidadãos brasileiros.

Com a presença de muitas personalidades importantes, é instalada em 05 de abril de 1880. a Escola Normal da Corte, hoje INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, sendo o local provisório o Colégio Pedro II. O Barão Homem de Mello declara: “Com vênias de sua Majestade, o Imperador, acha-se solenemente instalada a Escola Normal”. Este evento aconteceu após o Decreto nº 7.684, de 0-6 de março de 1880, que cria uma Escola Normal na Corte.

O primeiro Diretor Interino escolhido é Benjamim Constant Botelho de Magalhães. Após a instalação são matriculados 175 alunos, sendo 88 meninas e 87 meninos; as aulas começam em maio, em salas cedidas pelo Colégio Pedro II.

Em 1888, a Escola Normal da Corte é transferida para a Escola Central, no Largo de São Francisco, e depois para o prédio da atual Escola Técnica Rivadávia Corrêa, lá ficando até 1914, quando passa para o prédio da Escola Pedro Varela, (demolida por causa do Metrô), na rua Joaquim Palhares. O objetivo da Escola Normal em 1888 era preparar os professores primários . com ensino gratuito para ambos os sexos. Em 1915, é instituído o famoso uniforme azul e branco de uso obrigatório.

Surge, então, o Decreto nº 1059, em 14 de fevereiro de 1916, assinado pelo Dr. Rivadávia da Cunha, então Prefeito do Distrito Federal. Sua feitura foi atribuída ao Dr. Antonio Augusto de Azevedo Sodré (diretor da Instrução Pública Municipal). O referido decreto tivera seus artigos modificados por vários decretos posteriores, não raro inspirados em conveniências

personais. Houve, a partir daí, uma modificação no Ensino Normal, que estabeleceu, já no primeiro artigo, que o curso era profissionalizante e destinado a preparar o candidato à carreira de magistério primário, em quatro anos.

Finalmente, no dia 11 de outubro de 1930, a Escola Normal instala-se definitivamente no majestoso e importante prédio da Rua Mariz e Barros, 273, para evitar que o imóvel, adquirido e construído pelo Prefeito Antônio Prado Jr., fosse ocupado pelas forças revolucionárias, sendo o Professor Fernando de Azevedo o Diretor Geral da Instituição Pública.

Em 19 de março de 1932, com o Decreto 3810, Anísio Teixeira, que à época era Diretor da Instituição Pública do Distrito Federal, reorganiza o Ensino Normal e faz sua transposição para o plano universitário: é transformada a Escola Normal em Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

A nova escola tinha, a partir dessa reforma, o Curso Normal que passou a ter cinco anos de duração, subdividindo-se em uma parte de caráter geral, com três anos, que seria a condição para especialização profissional, seguida de dois anos destinados à segunda parte, de caráter profissional. Passaram a funcionar junto à Escola Normal, um Jardim de Infância e uma escola primária-modelo, servindo como centro de experimentação pedagógica.

Segue-se uma série interminável de decretos, para uma visão mais completa da história do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. É indisfarçável, portanto, que mesmo com tantas reformas, pelas quais passou o ensino Normal, desde o Império, o compromisso com a qualidade da Educação, bem como o esforço em alcançar tal objetivo sempre fez parte da identidade desta Instituição que veementemente luta, a longa data, pela defesa do seu Projeto de Formação.

No dia 10 de setembro de 1997, através do Decreto nº 23.482, o Sr. Governador transferiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro para o âmbito da FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica, vinculada à Secretaria do Estado de Ciência e Tecnologia.

Essa providência foi decorrente da necessidade de resgatar o nível da formação de professores em uma instituição que sempre desempenhou relevante papel no cenário educacional do país e que agora compõe o universo de unidades escolares sob responsabilidade da FAETEC voltado para a formação de profissionais, preparados de forma digna e compromissada, para garantir um ensino de qualidade.

O Parecer nº 258 de 13 de outubro de 1998 credencia o ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - e autoriza o funcionamento do seu Curso Normal Superior, considerando a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que prevê a formação do professor de 1ª à 5ª série, do Ensino Fundamental(Anos Iniciais), no Ensino Superior. Portanto, o “locus” conquistado pela história do IERJ e, tendo este uma estrutura que atende às exigências do parecer supracitado, o qualifica, assim, para o funcionamento do primeiro Curso Normal Superior do país, estruturado a partir de diretrizes estabelecidas por pareceres posteriores, como por exemplo a Resolução do Conselho Nacional de Educação, CP nº 1 de 30 de setembro de 1999, que regulamenta os Institutos Superiores. E, ainda no mesmo ano, no dia 18 de setembro, através do Decreto nº 24.665, o Sr. Governador instituiu o CAP/ISERJ – Colégio de Aplicação.

Os segmentos que compõem o CAP/ISERJ são: Educação Infantil (Creche e Pré-Escolar), Ensino Fundamental (1º à 5º / 6º à 9º anos) e Ensino Médio (Formação Geral e Formação Profissional em Informática, Secretaria Escolar e Administração).

O ISERJ, como espaço histórico de Educação Inclusiva , tendo no seu corpo docente os implementadores do Curso Normal Superior, ampliou, com o apoio da FAETEC, a sua atuação com o curso de Pós-Graduação em Surdez e Letramento nos anos iniciais e na EJA (Educação de Jovens e Adultos), em parceria com o Instituto Nacional de Surdos, iniciativa já legalizada através da resolução CNE 01/2007.

No primeiro semestre de 2009, foi iniciado o Curso de Pedagogia, em equivalência ao Curso Normal Superior, autorizado pelo parecer CEE nº 10/2009.

Estendendo ainda mais sua atuação no campo da Educação Docente, em conformidade com o desejo de uma formação continuada, é que vimos propor o Curso de Pós em nível de especialização em educação museal

2.2.Os Museus Castro Maya

Os Museus Castro Maya - Museu da Chácara do Céu, em Santa Teresa, e Museu do Açude, no Alto da Boa Vista - integram hoje o conjunto de museus pertencentes ao Instituto Brasileiro de Museus, do Ministério da Cultura. Residências de Raymundo Ottoni de Castro Maya, foram por ele doadas à Fundação que levou seu nome. Criada em 1962, foi extinta em 1983 quando ambos os museus, incorporados pela União, deixaram de ser uma Fundação para constituírem os Museus Castro Maya.

A filosofia dos Museus da Chácara do Céu e do Açude foi elaborada a partir da ampliação do conceito de patrimônio - que atualmente inclui, além dos bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico, o meio ambiente e os chamados bens não tangíveis, como a língua de um povo, suas tradições, costumes, conhecimentos técnicos e experiências práticas - e da moderna teoria museológica, que considera como principais responsabilidades dos museus a Preservação-Pesquisa-Educação-Comunicação. Assim, foi definido para cada um dos Museus Castro Maya um trinômio que identificasse sua prática cultural específica.

Para o Museu do Açude estabeleceu-se o trinômio Museu-Natureza-Cidade, justificado não apenas pelo aspecto óbvio de sua localização na Floresta da Tijuca, como também, e sobretudo, pelos nexos históricos de Castro Maya com a Floresta e pela atualidade da questão da preservação do patrimônio natural. Sendo o museu um fato tipicamente urbano, nada mais apropriado do que refletir sobre essa floresta urbana, remodelada por seu patrono em 1943, como mais um elemento da complexa cidade do Rio de

Janeiro que, segundo mostram as obras dos viajantes que Castro Maya colecionou, inclui, desde o século XVIII, a natureza em seus contornos urbanos.

Assim, cabe ao Museu do Açude desenvolver e apoiar atividades que possam articular temas como educação ambiental, turismo ecológico, estudos do meio ambiente, além da criação do Espaço de Instalações Permanentes: um circuito museológico ao ar livre com obras de artistas brasileiros contemporâneos.

Para o Museu da Chácara do Céu foi definido o trinômio Museu-Arte-Cidade. A excelência do seu acervo artístico e iconográfico conduz ao compromisso básico com a fruição estética. O caráter original de residência foi mantido, buscando-se preservar a disposição da sala de jantar e da biblioteca e reservar outros espaços para exposições temporárias do acervo, priorizando assim colocar o maior número possível de peças ao alcance do público.

Cabe a esse museu desenvolver e apoiar atividades educativas, exposições, eventos e pesquisas que apresentem a arte e a cidade em sua relação de mútua dependência. Dessa forma, a prática de difusão cultural alcança a dimensão política de reflexão e desenvolvimento da cidadania.

2.3.O Museu da República

O Museu da República (Palácio do Catete) foi construído para ser a residência do português Antonio Clemente Pinto, o barão de Nova Friburgo, um rico fazendeiro de café. O projeto do palácio foi idealizado pelo arquiteto alemão Carl Friedrich Gustav Waehneltdt que se inspirou nos palácios existentes à beira do canal de Veneza, na Itália. Em 1854 iniciou-se a construção do prédio e somente em 1866, um ano antes do término de sua obra, foi ocupado pelo barão e sua família, tornando-se, por seu luxo e beleza, um dos endereços mais famosos e sofisticados da Corte brasileira.

Com a morte do barão em 1869 e da baronesa no ano seguinte, o palácio foi herdado pelo primogênito do casal, Antonio Clemente Pinto, o Conde de São Clemente. Quando

a República foi proclamada, em 15 de novembro de 1889, o palácio pertencia ainda à família Nova Friburgo.

Em fins de 1890, o prédio foi vendido à Companhia do Grande Hotel Internacional, que pretendia transformar o prédio em um hotel de grande porte. Contudo, com a falência da companhia, o palácio foi comprado por um de seus acionistas, o conselheiro Francisco de Paula Mayrink, tornando-se, assim, o único proprietário do palácio. Mais tarde, enredado em dificuldades financeiras, o conselheiro Mayrink precisou hipotecar o prédio duas vezes, uma delas ao Banco da República, atual Banco do Brasil.

Em 1869, o conselheiro Mayrink e o Banco fizeram um acordo e o palácio foi vendido ao Governo Federal por três mil contos de réis. Foi durante o mandato do presidente Prudente de Moraes (1894-1898) que o governo decidiu a transferência do poder executivo para o Palácio do Catete, que permaneceu como sede do governo brasileiro até a construção de Brasília, em 1960. O prédio passou por reformas para ser adaptado às novas funções, tendo sido a obra dirigida pelo engenheiro e arquiteto Aarão Reis de Carvalho, auxiliado pelo paisagista Paul Villon, que transformou o antigo jardim residencial num jardim presidencial.

Nessa reforma foram feitas novas instalações elétricas, sendo construído um ramal de linha férrea destinado à condução de carvão à primitiva usina elétrica que abastecia de luz o prédio. O Palácio do Catete, a partir de então, foi palco dos principais acontecimentos de nossa República. Durante a Era Vargas (de 1930 a 1945), o prédio foi cenário de articulações políticas e econômicas e de grandes manifestações cívicas, trabalhistas e nacionalistas. No segundo governo de Getúlio Vargas, os salões presenciaram nova crise política e militar que culminou no suicídio do presidente, no dia 24 de agosto de 1954, em seus aposentos particulares.

Coube ao Presidente Juscelino Kubitschek encerrar a era presidencial do edifício e, como último chefe da nação a ocupar as instalações do prédio, decretar a transformação do palácio em Museu da República. Anos mais tarde, a partir de 1983, quando o Museu deixou de ser um Departamento de História da República do Museu Histórico Nacional, iniciou-se uma nova fase de sua trajetória institucional. Criou-se uma estrutura de

gestão autônoma, constando no organograma do Museu as áreas administrativa e financeira, técnica, de documentação e de pesquisa, incluindo, além disso, uma área educativa que centraria todos os esforços na execução de projetos e ações pedagógicas.

Em 1984, iniciaram-se obras de restauração do palácio e anexos, não só devido ao mau estado de conservação dos seus elementos arquitetônicos e decorativos, mas também e principalmente em virtude do comprometimento de sua estrutura e fundações, tendo em vista as obras do metrô para a construção da estação Catete. O Museu ficou fechado para visitação, mas o jardim histórico permaneceu aberto a visitação. Paralelamente, teve início o desenvolvimento de estudos e ações que visavam à reformulação do Museu, abolindo a concepção tradicional de museu. Nessa perspectiva, o Museu deixava de ser apenas um local de recolhimento, guarda, preservação e exposição de peças que apenas retratasse fatos e personagens e passava a assumir o papel de espaço de apreensão e compreensão de todo processo histórico, onde o fato e o personagem são redimensionados a partir do contexto em que se inserem.

Em 1989, ano de comemoração do centenário da República Brasileira, após quatro anos de fechamento, o Museu reabriu suas portas. Atualmente, o Museu da República busca cumprir sua Missão como casa de memória, “contribuindo para o desenvolvimento sócio-cultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano, material e imaterial, para a sociedade brasileira, visando à valorização da dignidade humana, a cidadania, a universalidade do acesso e o respeito à diversidade”⁷.

Hoje, o Museu da República é um centro de pesquisa, memória, informação e reflexão político-cultural, comprometido com o seu tempo e aberto a novas produções e criações culturais. Recebe anualmente um número significativo de estudantes das redes públicas e particulares de ensino do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros, e de

⁷ No ano de 2007, diretores e profissionais dos Museus do Departamento de Museus e Centros Culturais, reuniram-se em Brasília e, entre outras atividades, definiram a Missão dos Museus. Assim, foi com base nessa definição que foi formulada a Missão do Museu da República.

instituições sociais, com o objetivo de visitar o Palácio, suas exposições e seu jardim histórico.

3. Nome do curso e Área do conhecimento

3.1. Nome do curso:

PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MUSEAL

3.2. Área do conhecimento:

Ensino de Educação Museal

3.3. Regime de oferta:

O regime de oferta do curso será o de caráter presencial.

4. JUSTIFICATIVA

Apesar de quase centenária, a atuação de educadores em museus no Brasil não é regulamentada e as políticas públicas da área já traçam um caminho de meio século em busca de consolidação.

Em 1927, quando surgiu o primeiro setor educativo de museus no país, este tinha como missão auxiliar o desenvolvimento de práticas educativas que colaborassem com o aprendizado escolar. De lá para cá, a educação museal sofreu muitas alterações, desenvolveu-se como campo autônomo, mas ainda carece de questões básicas para o seu desenvolvimento e consolidação como campo de pesquisa e atuação profissional. Um dos grandes desafios da área é a formação profissional dos educadores.

Durante a década de 1980, sob a influência do Movimento Internacional da Nova Museologia, foram feitas duas tentativas de estabelecer cursos de pós graduação Lato sensu em Educação em Museus, uma na Universidade de São Paulo (USP), outra na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), tendo a primeira formado apenas uma turma e a segunda não sendo concluída.

Agora, passadas mais de duas décadas, quando se está prestes a por em prática uma Política Nacional de educação Museal é de suma importância o surgimento de um curso que atenda as demandas históricas destes profissionais e dos museus.

Neste contexto a ação educativa em museus tornou-se o grande elo de comunicação entre acervos e os diferentes públicos e, sendo assim, o papel do educador passa a adquirir cada vez mais importância e eficácia nos espaços que promovem processos museais. Este papel promove o conhecimento e práticas de preservação, conservação e tolerância à diversidade cultural existente na sociedade, contribuindo também com uma pedagogia, metodologias e ferramentas específicas do espaço museal na formação humana.

Um curso de especialização em Educação Museal promovido em parceria por uma instituição de educação e uma instituição cultural vem, não só atender à demanda profissional de formação existente na área, como demonstrar o compromisso com uma formação que atenda a sociedade em múltiplos espaços e em diferentes momentos do cotidiano, como os de estudo, trabalho e lazer.

O fato das duas instituições que o propõe serem públicas e já contarem com os recursos necessários para que este tenha início é um grande ponto a favor, pois garante maior democratização do acesso aos candidatos e já surge com uma proposta de excelência voltada a atender as demandas da sociedade.

5. OBJETIVOS

O Curso de Pós-Graduação em Educação Museal tem como finalidade formar um profissional ético, de responsabilidade social e cultural, habilitado a atuar como educador em museus e instituições culturais, bem como capacitar profissionais da educação de diversos ramos do ensino formal e não formal a usarem o museu como espaço educativo.

Este profissional poderá atuar ainda como pesquisador, que articule teoria e prática, capaz de prever e solucionar questões dentro de seu campo de atuação e que seja capaz

de contribuir para uma educação de qualidade, articulada com o contexto social, político, econômico e cultural da sociedade e do mundo. Sendo assim, apresentamos os seguintes objetivos:

5.1. Geral

Promover a formação e qualificação do educador museal e do mediador em museus respeitando as especificidades pedagógicas de seu trabalho, as demandas profissionais e as possibilidades de atuação na área.

5.2. Específicos

- a) Reconhecer o conceito de Formação Integral e sua relação com práticas educativas que se referenciem na formação da identidade cultural promovida por espaços que realizam processos museais.
- b) Identificar o museu como espaço educativo privilegiado.
- c) Identificar os diferentes sujeitos da aprendizagem em espaços culturais.
- d) Desenvolver a aptidão para a aprendizagem contínua.
- e) Promover a integração da escola com espaços culturais educativos como parte essencial do processo de Letramento e formação humana.
- f) Prover profissionais de educação museal de bases pedagógicas para o exercício da prática educativa em museus.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO

O perfil básico para o egresso, coerente com os objetivos do Curso, se traduz no profissional apto para o desempenho das atribuições profissionais específicas e privativas da profissão de educador em museus, com uma sólida formação teórica e profissional que possibilite a investigação de metodologias de educação museal que viabilizem um processo pedagógico visando à integração de diferentes formas de educação e a promoção da Formação Integral de indivíduos, com vistas a desenvolver

uma formação humana completa que atenda aos diferentes públicos recebidos pelos museus levando em consideração a sua diversidade de tipologias, acervos e espaços⁸.

7. CONCEPÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MUSEAL

Buscando a excelência do ensino e a formação de qualidade para profissionais atuarem no campo da educação museal, este curso tem como princípios curriculares gerais os seguintes apontamentos:

- a) Trabalhar com a pluralidade cultural, social e política;
- b) Utilizar e compreender as diferentes produções sociais e culturais na construção do conhecimento dos diferentes públicos recebidos por museus e centros culturais;
- c) Desenvolver a capacidade de comunicação e expressão em diferentes espaços culturais;
- d) Utilizar recursos pedagógicos que viabilizem a aprendizagem dos diferentes públicos recebidos por museus e instituições culturais.

7. 1. Núcleos Norteadores e temáticas curriculares

O projeto está construído a partir dos princípios acima explicitados tendo ações pedagógicas norteadoras que permearão todos os conteúdos e metodologias que envolvem o curso, sendo eles:

- Interdisciplinaridade;
- Transversalidade;
- União indissolúvel entre teoria e prática;
- Democratização ao acesso à cultura e espaços culturais;
- Respeito à diversidade cultural e ao direito à educação e cultura;

⁸Diversas são as tipologias de museus no qual são estabelecidos de acordo com suas coleções, seus acervos, podendo existir coleções de objetos de arte ou da cultura material de um povo, artefatos arqueológicos, de espécimes, de documentos gráficos e iconográficos, entre outros. Logo, os museus podem ser categorizados como: museus-casa; museus de arte; de história; de folclore; de antropologia (estão incluídos nessa categoria os museus de arqueologia, etnologia e etnografia); museus de ciência e tecnologia; além de museus interdisciplinares, que possuem diferentes tipos de coleções.

- Preservação do Patrimônio concebido de forma Integral.

Com vistas à própria implementação do Currículo em questão, na imediata sequência são relacionadas e comentadas suas quatro Temáticas Curriculares que representam os Eixos em que se distribuem as disciplinas do curso, sendo eles: Sociedade, Educação, Subjetividade Conhecimento; Rediscutindo Educação Museal; Políticas Públicas e Saberes e Práticas

EIXOS NORTEADORES	TEMATICAS CURRICULARES	DOCENTES
Sociedade, Educação, Subjetividade Conhecimento	Fundamentos da Educação	Patricia Maneschy Duarte da Costa; Sandra Regina Pinto dos Santos ; Denise Calasans da Gama Lima
	História da Educação Museal	Kátia Regina de Oliveira Frecheiras ; Magaly de Oliveira Cabral Santos
Rediscutindo Educação Museal	Laboratório de metodologias, Formação e pesquisa em educação museal	Ozias Soares Marcelo de Souza Pereira
	Conceitos Fundamentais da Educação Museal	Ozias Soares
Políticas Públicas e Pesquisa na Educação Museal	Políticas Públicas de Educação Museal	Fernanda Santana Rabello de Castro
	Metodologia Científica I	Vera Lucia Martins Sarubbi
	Metodologia Científica II	Vera Lucia Martins Sarubbi Fernanda Santana Rabello de Castro; Kátia Regina de Oliveira; Ozias Soares
Saberes e Práticas	Laboratório Experimental: Visitas Técnicas	Fernanda Santana Rabello de Castro ; Ozias Soares ; Kátia Regina de Oliveira; Rossano Antenuzzi de Almeida ; Denise Calasans da Gama Lima;

Assim sendo, os Eixos Norteadores e as Temáticas do presente Currículo estão posicionados também como complexos territórios em que fluxos interdisciplinares polifônicos irão estar continuamente ressoando.

7.2. Distribuição das temáticas curriculares

Os conteúdos do Curso foram divididos tendo como escopo os estudos da História da Educação em Museus no Brasil e no mundo, estabelecendo nexos com a história dos museus e do patrimônio no Ocidente.

Além disso, o Curso também propiciará aos discentes, debates dos principais conceitos da área e com as quais se relaciona e sua consolidação enquanto campo científico e área profissional.

No decorrer do curso serão analisadas as perspectivas de pesquisa em educação em museus, o estudo sobre a conformação do campo das políticas públicas de educação museal no Brasil relacionando-as brevemente com legislação internacional.

Por fim, serão realizadas visitas técnicas e elaboração de propostas educativas em um módulo de prática em educação museal.

7.3. Ementas, bibliografia básica e complementar

Sociedade, Educação, Subjetividade Conhecimento

Ementa: O núcleo pretende introduzir os estudantes a temas relativos às questões básicas da formação pedagógica de um profissional que atue na área da educação, assim como sobre a história dos museus e do surgimento do trabalho educativo nos mesmos. Na disciplina de *Fundamentos da Educação* serão debatidas teorias pedagógicas e sua relação com ambientes culturais e diferentes formas de aprendizado, bem como panorama da história da educação no Brasil. Na disciplina de *História da Educação Museal*, serão introduzidas noções sobre a origem dos museus, e debatidos textos e

documentos sobre o surgimento de setores educativos em museus, assim como apresentadas as primeiras pesquisas realizadas na área e sobre o tema.

Temática curricular: Fundamentos da Educação

Ementa: Filosofia, Cultura, Ideologia, Poder Político, História e Memória na Educação. Visão crítico-reflexiva da instância escola e da prática educativa. Hegemonia como relação pedagógica. O problema teoria/prática em face das diferentes visões do que é o homem, a sociedade, o conhecimento e o que são os valores. O homem como ser inacabado, com características diferentes em cada fase de seu desenvolvimento. As diferentes tendências pedagógicas presentes na educação brasileira. A pedagogia crítica e nosso cenário educacional atual. História e Memória da Educação no Brasil. Formação de professores no Instituto de Educação. A gênese da Escola Laboratório.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Básica e Complementar

- CHAUÍ, M. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense,1980.
- DAVIDOFF, Linda. Introdução à Psicologia. 3ed.S.Paulo: Makron Books, 2001.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes,1979.
- GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas.8 ed. S.P: Ática,2005.
- GEERTZ, Clifford. Interpretação das Culturas.R.J:LTC,1989.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A,
- LARIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. S.Paulo: Zahar,1995.
- LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez,1990
- LE GOFF, Jacques. História e Memória.3ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.
- LIMA, Denise Calasans da Gama. As duas faces de Jano: Design e Museografia em exposições museológicas. 1998. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Revista Projeto História, São Paulo: n.10, dez 1993.
- OLIVEIRA, Maria Lucia. Instituto de Educação: raízes anisianas e a floração de um ipê. In: Revista Curriculista, Rio de Janeiro: NUPEC/UFF, n. 10, dez 2012.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. São Paulo: EDUSP\FAPESP, 2012.
- RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Plano Diretor ISERJ. Versão Revisada, Rio de Janeiro, 2011.

RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC). Livreto Proteção do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2008.

RIO DE JANEIRO. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Livreto Comemorativo 130 anos do ISERJ. Rio de Janeiro, 2010. (Acervo ISERJ).

RIO DE JANEIRO. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Plano de Desenvolvimento Institucional. Rio de Janeiro, 2012. (Acervo ISERJ).

RIO DE JANEIRO. Organização do Instituto de Educação do RJ - Decreto 3810 de 19.03.1932. (Arquivo CMEB-ISERJ)

SANTOS, Sandra Regina Pinto dos. Movimentos indenteditários e investigativos de professores no cotidiano escolar: o exercício instituinte da pesquisa como práxis em diálogos com representantes sociais. (Tese de Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Niterói: UFF, 2006.

_____, e LIMA, Denise Calasans da Gama, e LADEIRA, Monica de Queiroz. Patrimônio ISERJ: território vivo. In: Revista Curriculista, Rio de Janeiro: NUPEC/UFF, n.10, dez 2012).

_____, e MOURA FÉ, Luis Sergio. ISERJ – Recortes legais e históricos da transferência do ISERJ para a FAETEC. In: Revista Curriculista, Rio de Janeiro: NUPEC/UFF, n.10, dez 2012).

TEIXEIRA, Anísio. Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

_____, Anísio. Educação no Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

Consultado em <http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br> 01/12/2012.

VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Ed. Medianiz, 2012.

Temática curricular História da Educação Museal

Ementa: História dos museus no cenário mundial; educação em museus e Revolução Francesa; Constituição do ICOM-CECA; o papel da UNESCO nas ações de educação em museus; educação em museus no Brasil; Rede de Educadores em Museus e Política Nacional de Educação Museal (PNEM) - IBRAM.

Bibliografia Básica e Complementar:

ALENCAR, Vera Maria Abreu de. *Museu-educação: se faz caminho ao andar...* Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1987.

BARROSO, G. *Guia do Visitante*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1955.

CABRAL SANTOS, Magaly. *Lição das coisas (ou canteiro de obras) através de uma metodologia baseada na educação patrimonial*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1997.

GUARNIERI, W. R. *Waldisa Russio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional*. v. I e II. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

MACHADO, Maria Itoni Seibel. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do museu da vida*. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, 2009.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. *Educação patrimonial no Iphan*. Brasília, DF: Iphan, 2011.

PEREIRA, M. *Educação museal: entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia, 2010.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Documento 1952, NY

Declaração do Rio de Janeiro, 1958

Rediscutindo Educação Museal

Ementa: Neste eixo serão apresentados e debatidos os principais conceitos e teorias de aprendizado ligados às especificidades da educação museal e sua constituição como campo de conhecimento e profissional, discussão presente na disciplina *Conceitos Fundamentais da Educação Museal*. A disciplina *Laboratório de metodologias, formação e pesquisa em educação museal* analisará experiências já realizadas e em andamento em museus, avaliará documentos de sistematização, registro e avaliação da prática educativa museal e se constituirá como momento da prática de elaboração de propostas educativas para museus, com o estudo de projetos políticos pedagógicos e a elaboração de propostas e ações educativas.

Temática Curricular: Conceitos fundamentais da Educação Museal

Ementa: Conceitos fundamentais em educação museal; educação patrimonial, educação para o patrimônio, educação em museus e educação museal; museus escolares; formação integral;

Bibliografia Básica e Complementar:

ARANTES, Otília. *Forma e Percepção Estética*. SP: Edusp, 1995.

BRASIL. Documento Preliminar da PNEM. Brasília: MinC/ Ibram, 2013.

CABRAL, Magaly. *Educação patrimonial x educação museal? In: Educação Patrimonial, reflexões e práticas*. Átila Bezerra Tolentino (org.). João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

CHAGAS, M. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: IBRAM/Garamond, 2009.

FONTES, Adriana; GAMA, Rita (orgs.). *Reflexões e experiências: Coleção Arte & Tecnologia: 1º seminário Oi Futuro: Mediação em Museus Arte e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Oi Futuro, Livre Expressão, 2012.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes & GRINBERG, Evelina. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: MinC/ IPHAN, 1999.

BARRIO, Gladys, GRANATO, Marcus, REIS, Maria Amélia & SCHEINER, Teresa. (orgs.) *Termos e conceitos da museologia*. Brasil: ICOM, 2012.

LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. In: *Educação e sociedade*, n. 40, dez. 1991, p. 443-55.

MARANDINO, M. (org.). *Educação em museus: a mediação em foco*. São Paulo: Geenf, FEUSP, 2008.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Museu e Educação: Conceitos e Métodos*. In: SANTOS, M. C. M. In: *Encontros Museológicos*. Rio de Janeiro: MinC/Iphan/DEMU, 2008.

Temática Curricular: Laboratório de metodologias, formação e pesquisa em educação museal

Ementa: análise teórica de experiências educativas; análise de documentação do CECA Brasil – Prêmio Best Practice; programa educativo-cultural, projeto político pedagógico; sistematização de projetos educativos; metodologias e instrumentos de educação em museus; formação de educadores em museus; pesquisa em educação em museus.

Bibliografia Básica e Complementar:

CASTRO, F.; SOARES, O. *Relatório do Projeto Letrarte*. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2013.

GRINSPUM, Denise. *Educação para o patrimônio: Museu de arte e escola: Responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARANDINO, M. (org.). *Educação em museus: a mediação em foco*. São Paulo: Geenf, FEUSP, 2008.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros Museológicos*. Rio de Janeiro: MinC/Iphan/DEMU, 2008.

Políticas Públicas e Pesquisa na Educação Museal

Ementa: Neste eixo temos dois temas que articulam pesquisa e políticas públicas. O primeiro específico da área da educação museal - a discussão sobre a conformação do campo das políticas públicas de educação museal no Brasil - e o segundo se apresenta como ferramenta inicial para a elaboração de trabalhos científicos sobre os temas do curso, sendo parte da disciplina de metodologia científica.

Temática curricular: Metodologia Científica I

Ementa: Importância da formação de hábitos de estudo científico que possibilitem o posicionamento de profissionais comprometidos com suas práticas educativas; Ciência; Método e Técnica; Tipos de Pesquisa; Metodologia de Pesquisa; Técnicas de análise e conhecimento científico; Elaboração de trabalho científico e estruturação de pesquisa.

Temática curricular: Metodologia Científica II - Orientação e produção monográfica

Ementa: análise de textos e sua produção; vivência da metodologia do trabalho acadêmico; referencial teórico-prático de suporte para a elaboração de trabalhos científicos; importância da leitura acadêmica identificando-se tipos e modalidades.

Bibliografia Básica e Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. ABNT. Disponível em <<http://www.abnt.org.br>> Acesso em: 13 maio.2008.

BELLO, José Luiz de Paiva. Metodologia científica: manual para elaboração de textos acadêmicos, monografias, dissertações e teses. Rio de Janeiro, 2008. Pedagogia em Foco. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>>. Acesso em 13/maio, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p 183 – 195.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo

Horizonte: UFMG, 2000.

Temática Curricular: Políticas Públicas de Educação Museal

Ementa: A formação de políticas educacionais em museus; criação do SPHAN; os museus na estrutura do Estado; o papel dos órgãos internacionais multilaterais e seus

documentos; prêmios, editais e leis de incentivo; o debate das políticas públicas de educação e cultura no Brasil; Criação do Ibram; I Encontro Educadores do Ibram; PNEM; análises comparativas de exemplos mundiais (Portugal, França, Reino Unido, EUA, México, AL, etc.).

Bibliografia Básica e Complementar:

- BRASIL. Ministério da Cultura. *Relatório Cultura em Números*. Brasília, 2010.
- _____. Ministério da Cultura. Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: jun. 2013.
- _____. Ministério da Cultura. Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: jun. 2013.
- _____. Ministério da Cultura. Metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília, 2011.
- _____. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus. Brasília, 2003.
- _____. Ministério da Cultura. Plano Nacional Setoria de Museus. Brasília, 2010.
- _____. Ministério da Cultura. Subsídios para o planejamento de atividades educativo-culturais dos museus. Museu educação (Programa Nacional de Museus) nº 1, pp. 7-20. Brasília, 1985. Apud LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. *Educação e sociedade*, n. 40, dez. 1991, pp. 443-455.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. III Plano Nacional Setorial de Educação Cultura e Desportos (1980-1985). Brasília, 1980.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. II Plano Nacional Setorial de Educação, Cultura e Desportos (1975-1979). Brasília, 1979.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional Setorial de Educação, Cultura e Desportos. Brasília, 1968.
- _____. Lei 1.920 de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=109070>>. Acesso em: jun. 2013.
- _____. Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: jun. 2013.
- _____. Lei 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério de Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%20378-1937?OpenDocument>. Acesso em: 9 out. 2013.

- _____. Decreto 19.444 de 1º de dezembro de 1930. Dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19444-1-dezembro-1930-506386-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jun. 2013.
- _____. Decreto 11.896, de 14 de janeiro de 1916. Dá novo regulamento ao Museu Nacional. In: SILVA, Henrique D. S. O Museu e o sonho: O projeto de Roquette Pinto e a criação da Seção de Assistência ao Ensino no Museu Nacional. Disponível em: <<http://saemuseunacional.wordpress.com/a-sae/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- CALABRE, L. *Política Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CASTRO, Fernanda S. R. de. *O que museu tem a ver com educação? Educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- CHAUÍ, M. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- IBRAM/MINC. *Legislação sobre museus*. Brasília: Edições Câmara, 2012.
- IBRAM. *Relatório Museus em Números*. Brasília: MinC/Ibram, 2012.
- _____. *Carta de Petrópolis*. Brasília: MinC/Ibram, 2010a. Disponível em: <pnem.museus.gov.br>. Acesso em: jun. 2013.
- _____. *Plano Nacional Setorial de Museus*. Brasília: MinC/Ibram, 2010b.
- _____. *Relatório da Política Nacional de Museus (2003-2008)*. Brasília: MinC/Ibram, 2010c.
- _____. Documento Preliminar da Política Nacional de Educação Museal. Brasília: MinC/Ibram, 2013.
- MARTINS, L. C. *A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072011-151245/pt-br.php>>. Acesso em: jun. 2013.
- RANGEL, M. Políticas públicas e museus no Brasil. In: GRANATO, M; SANTOS, C. P.; LOUREIRO, M. L. N. M. *O caráter político dos museus*. MAST Colloquia, v.12, 138 p. Rio de Janeiro: MAST, 2010.
- REAL, R. *O museu ideal*. Brasil: MEC, 1958.
- _____. *Binômio: museu e educação*. Brasil: MEC, 1969. Luciana Conrado Martins.
- UNESCO. Declaração do Rio de Janeiro, 1958. In: IBRAM/MINC. *Legislação sobre museus*. Brasília: Edições Câmara, 2012. Regina Real. O Museu ideal. MEC, 1958.

Saberes e Práticas

Ementa: Neste núcleo do curso dar-se-á continuidade à discussão acerca da metodologia científica, desta vez em disciplina que inicia o processo de elaboração da monografia final. Seguindo um dos eixos norteadores, realizar-se-ão aulas práticas de observação e análise de diferentes tipologias de museus e seus projetos educativos,

estrutura de gestão, trabalho de conservação e preservação de acervo e patrimônio e exposição, por meio de visitas técnicas a instituições diversas.

Temática curricular: Laboratório Experimental: Visitas Técnicas

Ementa: Visitas técnicas em museus; elaboração, execução e avaliação de propostas educativas.

Bibliografia Básica e Complementar:

Documentos e matérias didáticos produzidos pelos Setores Educativo dos Museus e Centros Culturais a serem visitados.

8. CARGA HORÁRIA

O curso tem duração prevista de 01 (um) ano e 03 (três) meses, totalizando 380 (trezentos e oitenta) horas de carga horária final e será ministrado no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro- ISERJ e em museus selecionados.

As aulas do Curso de pós-graduação em Educação Museal serão oferecidas aos sábados, no turno da manhã e da tarde, das 8h às 12h e de 13h às 17h, sendo de 12h às 13h horário para almoço, com início previsto para o segundo semestre do ano letivo de 2014.

Com vistas à implementação do currículo, o mesmo foi programado para ser desenvolvido em quatro Eixos norteadores, tendo início em agosto de 2014 e prazo final previsto para outubro de 2015.

8.1. Quadro geral de carga horária por temática curricular

SIGLA	TEMATICAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	Nº DE ENCONTROS
ESCS01	Fundamentos da Educação	40 h	20
ESCS02	História da Educação Museal	40 h	20
REDM01	Laboratório de metodologias, formação e pesquisa em educação museal	40 h	20
REDM02	Conceitos fundamentais da Educação Museal	40 h	20
PPEM01	Políticas Públicas de Educação Museal	40 h	20
PPEM02	Metodologia Científica I	40 h	15
SPRA01	Laboratório Experimental: Visitas Técnicas	40 h	08
PPEM03	Metodologia Científica II - Orientação e produção monográfica	80 h	05

8. 2. Quadro geral de carga horária do curso

TEMATICAS CURRIUCLARES	CARGA HORÁRIA	Nº DE ENCONTROS
8	380 horas	138 ENCONTROS

9. PÚBLICO ALVO

O Público Alvo do curso de Especialização em Educação Museal são profissionais educadores em museus em exercício por no mínimo três anos, profissionais dos quadros da FAETEC, seus alunos egressos e graduados em qualquer área do conhecimento que tenham interesse em atuar na área educativa de museus ou em parcerias do ensino formal com museus e instituições que realizam processos museais.

Pretende-se atingir, portanto, tanto profissionais que já estão em exercício e que por ventura não tiveram formação específica no campo, quanto profissionais de qualquer área de formação que vislumbrem a educação museal como campo profissional, tendo em vista dar conta da grande variedade de tipologias e acervos que a instituição museu permite existirem.

10. VAGAS

As vagas do Curso foram disponibilizadas da seguinte forma: um total de 45 (quarenta e cinco) vagas, sendo 15 (quinze) destinadas aos servidores e funcionários da FAETEC e estudantes egressos de seus cursos, 15 (quinze) vagas destinadas a educadores em museus graduados em qualquer área e com experiência mínima de atuação de 3 anos e 15 (quinze) vagas de ampla concorrência para graduados em quaisquer áreas de conhecimento.

Contudo, salienta-se que no ato da inscrição o candidato deverá optar por um dos conjuntos de vagas oferecidas e descritas no item 2.1 do Edital do PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO MUSEAL NO ISERJ - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO/FAETEC, CONFORME QUADRO DO ANEXO DO EDITAL.

Se o número de candidatos, aprovados e classificados, no curso for inferior a 15 (quinze), a abertura da turma estará condicionada a análise e pronunciamento da FAETEC.

A FAETEC divulgará por meio de sua página eletrônica www.faetec.rj.gov.br e no mural da secretaria acadêmica do ISERJ, sempre que necessário, editais, normas complementares e avisos oficiais sobre o presente processo seletivo.

É de responsabilidade exclusiva do candidato ou do seu representante legal informar-se sobre convocações para prova, resultados de recursos, listas de aprovados, reclassificações, bem como sobre todas as etapas de matrícula.

Cabem aos interessados em concorrer a uma vaga no ensino superior da Rede FAETEC, ler o Edital na sua integralidade acompanhando todas as informações pela página eletrônica da FAETEC www.faetec.rj.gov.br.

Será de responsabilidade do candidato a consequência decorrente da não atualização do seu endereço/telefone.

É prerrogativa da FAETEC a ampliação da oferta de vagas, mediante envio de documento assinado pela Direção da unidade de ensino.

10. 1. QUADRO DE VAGAS

UNIDADE DE ENSINO	Servidores, funcionários e alunos egressos da FAETEC	Educadores em museus	Portadores de diploma de ensino superior	TOTAL
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ	15 vagas	15 vagas	15 vagas	45 vagas

11. PRÉ REQUISITOS

As inscrições serão realizadas na secretaria acadêmica do ISERJ, na sala 210, situado na estabelecidos.

Só poderão se inscrever no processo seletivo candidatos que tenham diploma de ensino superior e não serão aceitas inscrições condicionais ou fora das normas estabelecidas no Edital. A inscrição poderá ser feita pelo próprio candidato ou por intermédio de procurador, mediante apresentação de procuração por instrumento público ou particular. A inscrição para o preenchimento das vagas contidas no Edital implicará a aceitação irrestrita das condições estabelecidas pela FAETEC, não cabendo ao candidato

qualquer recurso quanto às normas do presente Edital. Não haverá cobrança de taxa de nenhuma espécie.

O processo seletivo será feito por meio de duas etapas, sendo a primeira uma avaliação escrita e a segunda uma entrevista, ambas classificatórias e eliminatórias. Só será convocado para entrevista o candidato aprovado na prova escrita e só participará do processo seletivo o candidato que preencher o pré-requisito constante no item 3.2 e que apresentar todos os documentos exigidos no item 3.1 ambos do Edital.

Será constituída uma Banca Examinadora indicada pela Direção do Instituto Superior de Educação e pelo Instituto Brasileiro de Museus, composta por 03 (três) professores que integram o corpo docente do curso e pelo coordenador de curso do Instituto, que será presidente da mesma.

Caberá a Banca Examinadora a elaboração e a correção da avaliação escrita, a divulgação dos resultados em caráter público, bem como tomar todas as providências necessárias a todo o processo seletivo.

A avaliação escrita, elaborada pela Banca Examinadora, será sob a forma de duas questões dissertativas, com temática na área da educação museal. A bibliografia que servirá de referência para a prova escrita consta no anexo III, do Edital.

Na avaliação escrita serão julgados os seguintes critérios:

- Capacidade de escrita com clareza, objetividade, coesão e coerência na enunciação de ideias pertinentes ao tema proposto;
- Capacidade de composição textual conforme regras ortográficas vigentes;
- Capacidade de composição textual contínua e concisa, com um mínimo de 15 (quinze) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas para cada questão.
- Comprovação de conhecimentos na área da educação museal.

Na entrevista serão julgados os seguintes critérios:

- Conhecimentos na área da educação museal.
- Capacidade discursiva acerca dos temas apresentados na bibliografia.
- Motivações para a escolha do curso.

Estas avaliações serão realizadas sem consulta a qualquer material (textual, fonográfico, visual, entre outros), bem como versará sobre uma temática no âmbito da Educação Museal, segunda a bibliografia indicada.

As avaliações serão realizadas em data prevista no Anexo II do Edital. A pontuação atribuída à prova escrita e à entrevista será de 0 (zero) a 10 (dez). A nota mínima para aprovação será 07 (sete).

Em hipótese alguma haverá 2ª (segunda) chamada para a avaliação escrita ou para a entrevista. Também em hipótese alguma o candidato poderá identificasse na prova escrita.

12. FUNCIONAMENTO

O Edital será elaborado pela FAETEC e divulgado após aprovação da Assessoria Jurídica.

A realização do processo seletivo ficará sob a responsabilidade do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - ISERJ, situado à Rua Mariz e Barros, 273 – Praça da Bandeira – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20270-003. Telefones: (21) 2334-2501 / (21) 2334-1749/ (21) 2334-1751.

As aulas teóricas serão realizadas em grande parte na sala de aula localizada nas dependências do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, além de utilizarmos os espaços do Museu da Chácara do Céu e Museu do Açude e o auditório do Museu da República.

As aulas do Curso de pós-graduação em Educação Museal serão oferecidas aos sábados, no turno da manhã e da tarde, das 8h às 12h e de 13h às 17h, sendo de 12h às 13h horário para almoço, com início previsto para o segundo semestre do ano letivo de 2014.

As aulas práticas e de laboratório experimental serão divididas entre o Museu do ISERJ e outras instituições museais a serem selecionados ao longo do curso. Já estão previstas visitas técnicas aos seguintes museus: Museu Histórico Nacional, Museu do Folclore, Casa de Rui Barbosa, Centro Cultural Banco do Brasil, Museu de Astronomia, Museu Villa Lobos, entre outros.

13. AVALIAÇÃO

As avaliações serão realizadas tendo por orientação atingir os objetivos do curso descritos neste projeto de acordo com os critérios e metodologias apresentados a seguir.

Os critérios de avaliação constam do Regimento do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

13.1. Procedimentos Avaliativos

Os estudantes serão avisados em sala de aula sobre o calendário de avaliação de cada disciplina.

Aos estudantes será garantido o direito de realizar segunda chamada de provas mediante apresentação de atestado médico ou de trabalho.

Entende-se avaliação como um processo dialógico. Nessa perspectiva, serão avaliados os seguintes critérios: Assiduidade, Interesse, Participação nos trabalhos propostos e Construção de conhecimentos.

13.2. Critérios para aprovação e encaminhamentos de reprovação

- Obter média superior ou igual a sete em todas as disciplinas e na monografia, respeitados os prazos de entrega;
- Ter frequência mínima de 75% em cada disciplina;
- Tolerância de reprovação em até 2 (duas) disciplinas;
- Em caso de reprovação, a(s) disciplina(s) deverá(ão) ser cursada(s) no prazo máximo de 2 anos, totalizando um prazo máximo de 3 anos de curso.

13.3 Trabalho final de curso

Aos estudantes será dado o prazo máximo de 3 meses após o fim de todas as disciplinas dos Eixos Temáticos, para a entrega e apresentação da monografia.

No caso de estudantes reprovados que ficarem devendo temáticas curriculares, estes deverão apresentar monografia após aprovados em todas as temáticas curriculares, respeitado o mesmo prazo.

14. COORDENAÇÃO E CORPO DOCENTE

COORDENAÇÃO GERAL

Profª Dra Patricia Maneschy Duarte da Costa (UERJ)

Fernanda Santana Rabello de Castro (Museus Castro Maya - IBRAM)

Kátia Regina de Oliveira Frecheiras (Museu da República - IBRAM)

CORPO DOCENTE ISERJ / IBRAM

Denise Calasans da Gama Lima

Graduação em Desenho Industrial (PUC RJ)

Graduação em Comunicação Visual (PUC RJ)

Graduação Licenciatura Plena em Educação Artística (PUC RJ)

Mestrado em Memória Social (UNIRIO)

Cargo: Assessora Cultural do ISERJ e Docente da Oficina de Patrimônio Cultural (LabMM/ISERJ)

Lotação: ISERJ/FAETEC

Fernanda Santana Rabello de Castro

Graduação em História (UFRJ)

Especialização em História e Cultura da África e do negro no Brasil (UCAM)

Mestrado em Educação (UFRJ)

Doutorado em Educação em andamento (UFF)

Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais

Lotação: Museus Castro Maya – Chácara do Céu

Kátia Regina de Oliveira Frecheiras

Graduação de Bacharelado em Comunicação (FACHA-RJ)

Graduação em História da Arte (UERJ)

Especialização em Educação em Museus (UNIRIO)
Mestre em Filosofia (PUC-Rio)
Doutora em Filosofia (PUC-Rio)
Pós Doutorado em Educação em andamento (PUC-Rio)
Cargo: Pesquisadora
Lotação: Museu da República

Magaly de Oliveira Cabral Santos

Graduação em Pedagogia (Faculdade Notre Dame)
Graduação em Museologia (UNIRIO)
Mestre em Educação (PUC-Rio)
Cargo: Diretora
Lotação: Museu da República

Marcelo de Souza Pereira

Graduação em Letras Português Inglês (UERJ)
Mestrado em Letras Literatura Brasileira (UERJ)
Doutorado em Letras – Literatura Comparada (UERJ)
CARGO: Técnico em Assuntos Educacionais
Lotação: Museu da República

Ozias Soares

Graduação em Pedagogia (UERJ)
Mestrado em Educação (UFF)
Doutorado em Ciências Sociais (UERJ)
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
Lotação: Museus Castro Maya – Chácara do Céu

Patricia Maneschy Duarte da Costa

Graduação em Pedagogia (UFRJ)
Mestrado em Educação (UERJ)
Doutorado em Educação (UERJ)
Cargo: Docente das disciplinas pedagógicas nos cursos de Pedagogia, Formação Pedagógica e PARFOR
Lotação: ISERJ/FAETEC

Rossano Antenuzzi de Almeida

Graduação em História da Arte (UERJ)
Especialista em Museus de Artes (MAC-USP)
Mestre em Educação (UNESA)
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
Lotação: Museu Nacional de Belas Artes

Sandra Regina Pinto dos Santos

Graduação em Ciências Biológicas (UFRJ)
Graduação em Pedagogia Administração Escolar (UERJ)

Graduação Langue et Litterature Françaises - Université de Nancy I
Mestrado em Educação Ambiental (PUC RJ)
Doutorado em Educação (UFF)
Cargo: Diretora Geral do ISERJ
Lotação: ISERJ/FAETEC

Vera Lucia Martins Sarubbi

Graduação em Letras (FAHUB/RJ)
Mestrado em Educação (UERJ)
Doutorado: Letras (UFF)
Cargo: Docente de Metodologia Científica nos cursos: Pedagogia, Formação Pedagógica e Pós Graduação em Ciência
Lotação: ISERJ/FAETEC

ANEXO

Planilha de visita técnica aos MuseusDATA	LOCAL	FOCO DA VISITA
A definir	CCBB	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos
A definir	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos
A definir	Museu Casa Rui Barbosa	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos
A definir	Museu Ciência e Vida	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos
A definir	Museu da Chácara do Céu	Curadoria: acervos, coleccionismo, exposições
A definir	Museu da República	Gestão: organogramas e estrutura de funcionamento
A definir	Museu da Vida	Pesquisa, avaliação e formação
A definir	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Pesquisa, avaliação e formação
A definir	Museu do Açude	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos
A definir	Museu Histórico Nacional	Reserva Técnica: preservação e conservação
A definir	Museu Imperial	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos
A definir	Museu Nacional	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos
A definir	Museu Nacional de BelasArtes	Laboratório de Restauração: preservação e conservação
A definir	Museu Villa Lobos	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos
A definir	Museu Vivo do São Bento	Tipologia de Museu/ Projetos Educativos